PROJETO DE LEI Nº

DE 2020

(Deputado Alexandre Frota)

Acrescenta o item V no artigo 25 e o item V no artigo 30 à Lei 9.537 de 11 de dezembro de 1997 e dá outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Acrescenta o item V	ao Artigo	25 e o item	V ao Artigo 30	0, a Lei 9.537
de 11 de dezembro de 1997, que pas	ssam a vig	orar com a s	eguinte redação)

"Art. 25. As infrações são passíveis das seguintes penalidades:"
V Apreensão de embarcação.
"Art. 30. São circunstâncias agravantes: "

V — Operar embarcação sem a devida habilitação expedida pela autoridade marítima constante do artigo 4° da presente lei.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICTIVA

Tornou-se prática comum, cidadãos para a sua recreação, operarem veículo marítimo sem a devida habilitação emitida por autoridade competente.

Esta prática, em desacordo com a legislação vigente, deve ser apenada de forma mais dura, com o intuito de minimizar os riscos a banhistas e demais embarcações.

A apreensão do veículo deve ser uma das formas de penalidade para as infrações cometidas, mormente a falta de habilitação própria.



A apreensão do veículo deve ser uma das possíveis penalidades aplicadas a quem ilegalmente opera embarcações, definidas no artigo 25, mesmo que com finalidade de recreação ou esportiva.

As agravantes exaradas no artigo 30 determinarão qual o tipo de penalidade a ser aplicada.

A inserção do item V como agravante da pratica da infração acima descrita, permitirá a imediata apreensão da embarcação utilizada, não eximindo do pagamento das multas administrativas.

A possibilidade de Apreensão, a lavratura de Auto de Infração e Imposição de Multa Administrativa são necessárias para a repressão de tal conduta, que põe em risco banhistas e outras embarcações.

Certo do apoio dos demais parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões em, de maio de 2020

Alexandre Frota Deputado Federal PSDB/SP

